

ELEIÇÕES 2024

Da ribalta às disputas locais

Ex-governadores, senadores e deputados federais, agora com pretensões tímidas, tentam se eleger prefeitos e vereadores

» EVANDRO ÉBOLI

Da a largada para campanha eleitoral deste 2024, os registros no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) exibem quem está na disputa que se avizinha pelo país afora. Entre os mais de 450 mil candidatos, há nomes bem conhecidos, que já estiveram na ribalta da política e hoje concorrem a cargos menos vistosos. São ex-governadores, senadores e deputados federais que, agora, concorrem a prefeituras médias e pequenas e a vereador.

O Rio é um exemplo. Dois ex-governadores, que já passaram por sobressaltos na carreira e até foram presos, buscam novos destinos. Luiz Fernando Pezão, do MDB, que governou o estado entre 2014 e 2018, tenta agora se eleger prefeito de Piraiá (RJ), cidade onde nasceu, no sul fluminense, e com 28 mil habitantes.

Anthony Garotinho é outro ex-governante do estado — de 1998 a 2002 — que igualmente sofreu problemas com a Justiça, e que tem pretensões políticas tímidas nesse pleito. Pelo PDT, Garotinho chegou a disputar a Presidência da República, em 2022. Agora, é candidato a vereador no Rio, capital, pelo Republicanos, partido ao qual se filiou este ano. Ao anunciar sua filiação a essa legenda, da base de apoio do governo Lula, Garotinho afirmou ter sido procurado por vários partidos e que a opção era dada sua “luta social e em defesa dos trabalhadores”.

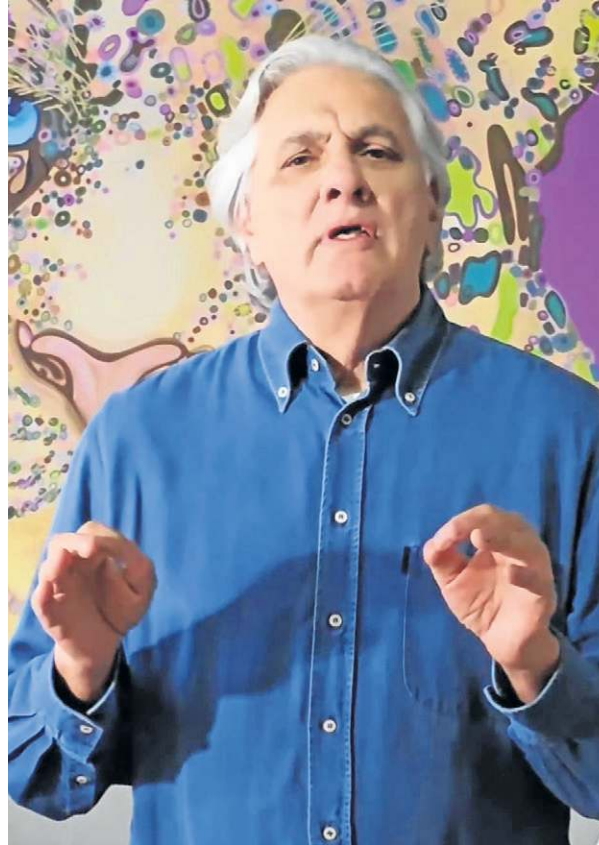
Ex-líder do governo Dilma Rousseff no Senado, Delcídio Amaral, que foi do PT e chegou a ser preso pela Polícia Federal no mandato, em novembro de 2015, é outro personagem da política nacional que está na corrida eleitoral deste ano. Filiado ao nânico Partido Renovação Democrática, o PRD, Delcídio é candidato a prefeito em Corumbá (MS), quarta cidade do estado em população, com 97 mil habitantes.

Dois antigos expoentes do bolsonarismo, da tropa de choque de Jair Bolsonaro na Câmara, no início do seu governo, os

Fotos: Reprodução



Ex-governador Pezão disputa Prefeitura de Piraiá (RJ)



Delcídio Amaral é candidato a prefeito em Corumbá (MS)



Joice Hasselmann tenta se eleger vereadora em São Paulo

ex-deputados federais Alexandre Frota e Joice Hasselmann tentam apenas se eleger vereadores, anos após se alçarem ao topo de suas carreiras eleitorais. Os dois romperam com o grupo político do ex-presidente e amargaram reveses no período seguinte. Em 2022, Frota não se elegeu deputado estadual, em São Paulo, e Joice saiu do pouco mais de 1 milhão de votos — a mulher deputada federal com maior votação da história, em 2018 — para parcos 13 mil votos na tentativa de reeleição, que não aconteceu.

Agora, Frota tenta uma vaga de vereador em Cotia (SP), que fica na Região Metropolitana da capital, pelo PDT, uma legenda de esquerda, alinhada ao Palácio do Planalto. Em seis anos, este é o quinto partido de Frota, que, antes, passou pelo PSL, PSDB, Pros e Solidariedade. Joice é candidata à vereadora em São Paulo, pelo Podemos, depois de filiações no PSL e PSDB.

Em campanha

Pezão ficou preso pouco mais de um ano, entre fim de 2018 e 2019, quando era governador. Foi acusado na Operação Lava-Jato. Em abril do ano passado, foi absolvido da acusação de corrupção, sentença do TRF da 2ª região. Seu jingle de campanha neste ano é puxado por Nequinho da Beija-Flor e o mote é “chegou a hora de voltar”.

Garotinho chegou a ser preso três vezes, entre 2016 e 2019, com acusações de compra de voto para Prefeitura de Campos (RJ), corrupção eleitoral e superfaturamento num esquema da prefeitura com uma empreiteira. O ex-governador sempre negou as acusações. Na última sexta-feira, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu a sentença que o impedia de ser candidato neste ano. Agora, ele está liberado para concorrer e registrou trechos da decisão nas suas redes.

“Foi dada a largada, e a vitória está logo ali! Com vocês ao meu lado, vamos transformar o Rio e trazer de volta o orgulho da nossa cidade. Vamos juntos com garra e coração”, publicou.

Delcídio, por sua vez, foi o primeiro senador preso no exercício do mandato após a ditadura, em 2015. Um ano depois, em 2016, o Senado cassou seu mandato. Em 2019, o ex-senador foi absolvido da acusação de Lava-Jato e reconquistou seu direito político. Nesse último sábado, porém, o Ministério Público Eleitoral de Mato Grosso do Sul pediu a impugnação de sua candidatura, por entender que ele ainda segue inelegível.

“Mais uma vez, a mesma novela. Delcídio não é candidato. Quero dizer que tenho decisões judiciais absolutamente inapeláveis e que mais do que nunca impediram a minha participação em outras eleições. Isso parte sempre do mesmo grupo. Esse grupo que persegue, que

aterroriza, que compra pessoas, que compra partidos. Nós não aceitamos a canga de ninguém”, respondeu o candidato.

Nas bandeiras de sua campanha, bem diferentes das pregadas pelo grupo bolsonarista ao qual pertenceu, Alexandre Frota promete atuar pelo “empoderamento das mulheres e pela igualdade racial”. O ex-deputado tem o apoio do presidente nacional do partido, Carlos Lupi, ministro da Previdência Social, e seu ingresso no partido teve o apoio de Ciro Gomes, que disputou a Presidência pela legenda.

Hasselmann diz que um de seus propósitos na campanha, além de tentar se eleger, é “manter a esquerda longe do poder”. A ex-aliada de Bolsonaro apoia a reeleição do prefeito Ricardo Nunes, do MDB, para a disputa da capital. Nunes gravou vídeo em apoio à Joice, mas foi criticado por seguidores. O prefeito se referiu a ela como “nossa candidata à vereadora”. Os aliados não gostaram.

» 100 mil a menos

O prazo para candidatura nas eleições municipais de 2024 se encerrou às 19h da última quinta-feira. Para este pleito, mais de 450 mil postulantes a prefeito, vice e vereador foram registrados no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Até sexta-feira, 455.752 candidatos tinham seus perfis contabilizados no sistema. Desse número, 15.433 concorrem às 5.569 vagas às prefeituras do país, enquanto 424.793 disputam 58.466 cadeiras nas Câmaras Municipais. O número é consideravelmente inferior ao registrado nas eleições ocorridas há quatro anos. Naquela oportunidade, mais de 550 mil candidatos entraram na disputa, o que indica que houve uma redução de cerca de 100 mil concorrentes este ano em relação a 2020.

HISTÓRIA

Livro esmiúça “primeiro golpe” do Brasil

» RAPHAEL PATI

Nas salas de aula, quando se fala em golpes de Estado no Brasil, os atos de 1930, que levaram Getúlio Vargas ao poder, e os de 1964, com o início dos governos militares, são sempre os mais lembrados. No entanto, o jornalista e escritor Ricardo Lessa volta ao início do século XIX para contar sobre o processo conturbado da independência do Brasil e a primeira Assembleia Nacional Constituinte, que culminaram no que ele defende ser o “primeiro golpe” do país. “É um golpe militar que, na época, foi caracterizado assim, inclusive por alguns monarquistas. Um golpe violento, tal como eu cito no livro, e ele abre uma história de golpes militares”, afirma Lessa ao *Correio Braziliense*, em referência ao recém-lançado *O Primeiro Golpe do Brasil*. O jornalista foi apresentador do programa *Roda Viva*, na TV Cultura, além de ter passado por redações de alguns dos veículos de imprensa do país, como o *Correio*.

Após a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, uma série de episódios tomaram conta dos bastidores do alto escalão da monarquia brasileira. Com o retorno de D. João VI a Portugal, o filho mais velho, D. Pedro I, decidiu ficar no país para manter o legado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, que antecedeu o período do Império brasileiro.

Com o Brasil independente e Pedro de Bragança no trono, era necessário formar uma constituição para o novo país.

Uma primeira assembleia constituinte foi convocada para maio de 1823, motivada por ideias liberais que pretendiam alinhar o Brasil com os novos países que surgiram na América desde o fim do século XVIII. Apesar disso, lembra Lessa, a assembleia foi dissolvida pelo imperador, que perseguiu republicanos, promoveu censura aos meios de imprensa e alimentou-se do escravismo, como trata o autor, em sua obra.

No ano seguinte, o próprio monarca liderou uma nova assembleia constituinte que culminou na *Carta Magna* de 1824, outorgada, e a primeira do país, que vigorou até o fim do Império, em 1899. “D. Pedro I fez uma constituição outorgada em que ele estava acima da Lei. Então, isso é uma contradição, em termos de você ter um rei acima da Constituição. As constituições foram inventadas para submeter os reis. A gente está cercado de repúblicas por todos os lados e ficamos sendo uma monarquia escravista no ocidente, enquanto não havia mais isso no mundo”, frisa Lessa.

O jornalista faz uma comparação do ocorrido em 1823, no Brasil, com o que se passou anos antes, na França, com Napoleão Bonaparte. O déspota francês destituiu o Diretório da Revolução e substituiu-o por um consulado, no que ficou conhecido como o “Golpe de 18 Brumário”. “Isso é conhecido como ‘coup d’état’ na França e, aqui, nós chamamos de golpe de Estado. Houve o fechamento

Museu Imperial de Petrópolis/Reprodução



de um órgão constitucional pela força das armas. Isso é um golpe militar no dicionário de política que todo mundo segue”, acrescenta o autor.

No livro, ele também desmistifica a figura heroica do primeiro imperador do Brasil. Na sua visão, D. Pedro I estava longe de ser a figura ideal de libertador, como algumas correntes históricas o definem. “A monarquia é do gosto de quem quer o despotismo. Quem quer

governar acima das leis, que foi o que Dom Pedro I fez. Porque a Constituição que ele outorgou não era igual à que estava sendo discutida e que foi apresentada a ele em setembro”, sugere Lessa.

Dias atuais

Com o avanço do autoritarismo em países de diferentes continentes ao redor do mundo, como Venezuela, Coreia do

Norte e Nicarágua, a definição de déspota pode ser atualizada para os tempos modernos. Na visão de Lessa, o sonho dos déspotas é o governo de um homem só, como está subentendido na formação da palavra “monarquia”, que vem da junção do prefixo “mono” e significa “um” com o termo grego “arquia”, que indica “chefia”.

“Os déspotas modernos não têm uma raiz de família como era na Idade Média, quando a

Joana Antonaccio/Divulgação



Segundo o jornalista e escritor Ricardo Lessa (acima), D. Pedro I “estava longe de ser a figura ideal de libertador, como algumas correntes históricas o definem”

Igreja abençoava uma família, como os Habsburgo ou os Bragança. Eram famílias aristocráticas que tinham o poder divino de governar grandes territórios, só que o “trem da história” tirou o poder dessas famílias”, sustenta o jornalista. “O que você tem hoje é o ressurgimento de déspotas, que querem submeter o Legislativo e o Judiciário, que são bases para a República, às suas vontades”, completa.